

Secretaria Federal

Votação no Conselho de Ética deve ser secreta

PFL tenta barrar proposta de Saturnino, que sugere votos abertos para o seu relatório

RENATA GIRALDI

BRASÍLIA - O PFL, com apoio de alguns integrantes do PMDB, trabalha para barrar a idéia do relator do Conselho de Ética do Senado, Saturnino Braga (PSB-RJ), em defesa da realização de votação aberta para seu relatório que deve ser apresentado na próxima semana. A proposta de Saturnino tem respaldo do presidente do conselho, Ramez Tebet (PMDB-MS). Os pefeletistas atacam a idéia e planejam inúmeras manobras para atrair o processo que pode levar à cassação dos senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF). O assunto deverá ser discutido na reunião de hoje do conselho marcada para as 17 horas.

"O regulamento deve ser cumprido, o que significa que as votações têm de ser realizadas com o quórum adequado e assim por diante", afirmou o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), que lidera a tropa de choque em defesa de ACM. "Se não for assim, não será o Conselho de Ética." Segundo o princípio da legalidade, pensa da mesma forma o senador Amir Lando (PMDB-RO). "A lei manda que o voto seja secreto, então deve ser seguida", disse.

A iniciativa ostensiva do PFL e tímidamente do PMDB agradou aos principais envolvidos no processo: ACM e Arruda. "Sou contra o voto aberto", declarou, objetivamente, o senador baiano. "Não dá para mudar as regras no meio do jogo", co-



Dida Sampaio/AE

Saturnino Braga cumprimenta ACM no plenário do Senado: idéia do relator é apoiada por Ramez Tebet

VOTO SIGILOSO ESTÁ EM RESOLUÇÃO

mentou o parlamentar do Distrito Federal, explicando contrariamente ser favorável à votação "sempre aberta".

De acordo com a resolução número 20, que

criou o Conselho de Ética, as votações que propõem cassação de mandato devem ser sigilosas. No entanto, o relator Saturnino Braga explicou que an-

tes do processo ser instaurado – na prática significa antes de o relatório ser enviado à Mesa Diretora do Senado –, os titulares do conselho (no caso 16 exceto o presidente que deve opinar só em caso de empate) definem se querem ou não realizar a votação aberta como ele propôs. "Isso tudo pode ser discutido, vamos ver", afirmou.

Substituições – Apesar da divisão interna no conselho envolvendo integrantes do PMDB no que se refere à rea-

lização ou não da votação aberta, o partido negou que pretenda substituir os senadores Nabor Bulhões (AC) e Amir Lando (RO) por Pedro Simon (RS). "Eu não pretendendo abrir mão do meu mandato vou ficar até junho quando este assunto provavelmente já terá sido votado", disse Lando. "Não houve entendimento algum neste sentido, vou ficar até o final, só não quero ser reconduzido porque tenho muitas outras tarefas em várias comissões",

completou B. lhões.

Para substituir um dos dois senadores, o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), teria de submeter o nome do eventual substituto à votação no plenário. Segundo peemedebistas, não há essa possibilidade.

Já entre os 16 oposicionistas, o clima de tranquilidade está longe do desejado. Hoje eles se reúnem, durante o almoço, para definir quem deixará a vaga de titular – a disputa está entre Heloísa Helena (PT-AL), Jefferson Péres (PDT-AM) e Lauro Campos (sem partido-DF).

Um dos três deve abrir mão do mandato para que seja realizada a votação, já que o relator Saturnino Braga era suplente e ao assumir a função ganhou

automaticamente o direito de votar. Assim, a oposição não poderá ter espaço para quatro votos como dispõe agora. A tendência é de a oposição pressionar Lauro Campos, que se manifestou em apoio a ACM, a deixar sua vaga livre. Até ontem, o ex-petista se encontrava em Santa Catarina, de onde não enviou orientação ou requerimento pedindo afastamento do Conselho de Ética. (Colaboraram Tânia Monteiro e Gilse Guedes)